

A imprensa portuguesa na atualidade

João Alves das Neves

Faculdade de Comunicação Cásper Líbero (São Paulo)

I — ESBOÇO HISTÓRICO

As primeiras notícias foram impressas em Portugal no ano de 1626, sob a forma de carta e com o título de *Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais provincias do Ocidente, e Oriente de Março de 625 até todo Setembro de 626*. O redator assinou com o pseudônimo de “Francisco de Abreu”, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que em 1628 faria imprimir outra *Relação do que succedeo em Portugal, e mais provincias do Oriente, e Ocidente, desde Março de 1626 até Agosto de 1627* (a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora).

Embora tratando-se de notícias, concluíram os especialistas que tais “Relações” não podem ser catalogadas como jornais, pois lhe faltou a condição principal — a periodicidade. E foi assim que somente em 1641 começou o primeiro jornal português: a *Gazeta, em que se relatam as novas todas, que ovve nesta corte, e que vieram de várias partes no mes de nouembro de 1641*.

Conforme observou o professor Carlos D’Alge, na revista *Comunidades de Língua Portuguesa* (n.º 1, junho de 1983, São Paulo), o que deve ser assinalado, com relação ao primeiro jornal impresso em língua portuguesa, é que ele surge com as lutas da Restauração, como arauto das aspirações nacionalistas dos portugueses contra o domínio da Espanha. Antes disso, somente as relações, principalmente de naufrágio, e as “cartas ânuas” das províncias ultramarinas: “O primeiro jornal é revolucionário — escreve Carlos d’Alge —; o seu aparecimento correspondia à ânsia de notícias sobre os sucessos militares portugueses e ao intuito de congregar o povo em torno do governo que se formava”. Teve como primeiros redatores o poeta Manuel de Galhegos (a quem foram concedidas “todas as licenças necessárias”, bem como o inevitável “privilégio Real”). E começou a ser impresso em Lisboa, “na Officina de Lourenço de Anveres”.

É oportuno recordar que em 1641 Portugal se libertara do jugo dos espanhóis, depois de 60 anos de opressão (desde 1580 a 1640), período que também teve profundos reflexos no Brasil, a ponto de os castelhanos haverem tentado a proclamação do “rei de São Paulo”, apontando Amador Bueno da Veiga, que recusou. É que a notícia da restauração da soberania portuguesa havia entretanto chegado ao Brasil, que desde a Bahia até o Rio de Janeiro, São Vicente e outras regiões, logo aceitou o novo rei, D. João

IV. O homem que não quis ser “rei” dos paulistas pode ter evitado que o Brasil se transformasse numa série de republiquetas...

Em Portugal, havia necessidade de informar o povo sobre a luta contra os espanhóis, que não se conformaram com a restauração da independência da nação portuguesa e que só em 1668 a aceitaram, com base num tratado de paz. A partir do seu primeiro número de novembro de 1641, a *Gazeta* noticiou as batalhas e lutas luso-espanholas, destacando a participação popular: “Onze homens de Castro Laborêiro que estavam na trincheira viram no campo doze cavaleiros castelhanos, os quais vinham a reconhecer, e deram-lhes uma carga com que mataram sete, e cativaram os mais, e lhes tomaram as armas, e os cavalos, e os mandaram presos a Valença” — assim diz uma das muitas notícias da primeira edição.

Uma dessas informações fala do Brasil: “Por via de Holanda foi a França huma carta de um português, que assiste nas Índias de Castela, e de França veio a esta cidade, a qual diz que é partida a frota com algumas naus de guerra, mas que estavam os castelhanos temerosos de que lhe saíssem ao encontro os inimigos de Espanha, porquanto havia nova que (o) General da Armada da Holanda saíra de Pernambuco em companhia de uma esquadra de portugueses, que andava nos mares do Brasil, e se fora na volta da Bermuda”.

Notícias de operações militares, relações de viajantes, partida e chegada de navios, nomeações para cargos públicos, livros recém-publicados, necrológios e naufrágios, além de episódios curiosos, como o de certo sujeito que, num lugar perdido da Beira, dizia para outro não crer num milagre ocorrido na Sé de Lisboa: ambos foram punidos por Deus (noticiava a *Gazeta*), pois lhes caiu uma parede em cima... E o jornal continuou saindo, todos os meses, até setembro de 1647.

Em 1663, começou a ser publicado o jornal *Mercúrio Português*, também com notícias da guerra entre Portugal e Castela (teve 50 edições). E no dia 10 de agosto de 1715, foi lançado em Lisboa o *Notícias do Estado do Mundo*, que na edição seguinte (17 do mesmo mês) mudou o nome para *Gazeta de Lisboa*, para terminar a série em 1762, ressurgindo em 1778, até que em 1820 passou a designar-se prosaicamente de *Diário do Governo*.

Recorda Carlos D'Alge (que é professor da Universidade Federal de Fortaleza) terem sido publicados diversos jornais portugueses, na Inglaterra, todos defendendo as idéias liberais, e um deles veio a ser o nosso bem-conhecido *Correio Braziliense*, dirigido por Hipólito José da Costa. O escritor português Almeida Garrett, que também se dedicou à política, redigiu quatro jornais: *O Toucador*, que em 1822 se tornou um precursor do jornalismo feminino; o *Português* (1826), que tratava de política, o *Cronista* (1827) e o *Entre-Acto* (1837). E lembra ainda o professor Carlos D'Alge que foram numerosos os grandes nomes das letras portuguesas que se iniciaram no jornalismo, desde Almeida Garrett a Alexandre Herculano, passando por Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e tantos outros autores, no século XIX. E o fato voltou a repetir-se, neste nosso século XX, com Ferreira de Castro (o grande romancista do Amazonas, com *A Selva*) e muitos outros escritores portugueses significativos.

O ensaísta José Tengarrinha, que publicou já valiosos trabalhos sobre a imprensa portuguesa, dividiu-a em três períodos: 1.º desde a *Gazeta* de 1641 até à revolução liberal de 1820; 2.º de 1820 ao terceiro quartel do século XX, o que corresponde ao surgimento da imprensa como empresa; 3.º desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias.

Observa Tengarrinha, na sua *História da imprensa periódica portuguesa*, que as dificuldades para o lançamento de jornais e revistas principiaram em

1890, quando acabou “o regime de liberdade que a imprensa gozou durante o período constitucional e, especialmente, depois de 1851. Justificando a providência com os ‘excessos e desmandos dos jornais políticos’, o decreto ditatorial de 29 de março de 1890, entre outras medidas muito severas, suprimiu o júri nos julgamentos dos crimes de abuso de liberdade de imprensa. As leis de 1898 e 1907 limitaram ainda mais essa liberdade, à medida que se acentuava a decadência monárquica”.

Esclarece ainda o ensaísta português que, ao ser implantada a República Portuguesa, em 1910, a imprensa voltou a ser livre. Não obstante, a seguir à ditadura de 28 de maio de 1926, as restrições voltaram, tendo sido a censura imposta e regulamentada por Salazar em 11 de abril de 1933.

II — O 25 DE ABRIL E O FIM DA CENSURA

Um relatório do Conselho da Imprensa sobre *A imprensa escrita em Portugal* (abril de 74 a julho de 76) salienta que, “durante 48 anos, os jornais foram, portanto, obrigados a submeter previamente provas tipográficas do que tencionavam publicar — ou pelo menos determinadas matérias dentre as que inseriam nas suas edições — às Comissões de Censura (ou, mais tarde, de exame prévio) instaladas basicamente em Lisboa e no Porto, embora com delegações em todos os distritos (conjunto de municípios) do país. Em certos casos, eram até exigidas provas de páginas”. E lê-se ainda no mencionado relatório: “A criação de empresas jornalísticas e editoriais (editoras), assim como a nomeação dos diretores, dependia de prévia aprovação pela Comissão de Censura”.

Tudo isto mudou com a revolução de 25 de abril de 1974: a censura foi imediatamente abolida. E, em poucos dias, começaram a aparecer novos jornais e revistas: “E como a nova liberdade se confundia às vezes com libertinagem (pondera o pesquisador francês Christian Rudel), este tempo foi também o da eclosão de revistas pornográficas, assim como de revistas humorísticas, mais viradas para os jogos de palavras do que para a sátira inteligente. Um fogacho. As calçadas das grandes cidades só foram invadidas durante algumas semanas por esta nova literatura. O refluxo manifestou-se rapidamente. Mas durante várias estações do ano, o português — o habitante da cidade, note-se — consumiu muitos diários e semanários à procura dos sinais de mudança de evolução”.

Os leitores desinteressaram-se e as tiragens dos diários de Lisboa e Porto, que somavam em torno de 600 mil exemplares antes do 25 de Abril, caíram para menos de 500 mil, em 1978. As causas são numerosas e podem ser assim entendidas, na opinião de Christian Rudel: “A aceleração da história que só durou um tempo criava a fome das notícias, a sede de informação do cidadão médio. Para a satisfazer, tinha que procurar várias fontes. Estes tempos passaram. O futuro é previsível. Uma audição média de rádio, alguns quartos de hora diários frente à televisão chegam para ele se manter a par. Por outro lado, a imprensa portuguesa nem sempre esteve à altura dos acontecimentos históricos que o país vivia: falta de visão para abarcar o acontecimento, mas também falta de uma linguagem para o exprimir corretamente. A linguagem mais frequentemente utilizada era a das ideologias e dos slogans. Esta linguagem tinha que desfazer-se, tarde ou cedo, na realidade e de deixar de ser credível...”

O autor francês vai ao ponto de afirmar que “os jornalistas do 25 de Abril não tinham formação profissional”. E assim os jornais passaram a viver dificilmente, “sem uma verdadeira política comercial”, nos anos que precederam o 25 de Abril, dado que a maioria deles recebia subsídios dos

bancos. Acontece que estes foram nacionalizados em março-abril de 1975 e o Estado interveio abertamente na imprensa, mas teve de distribuir mais subsídios. Dos grandes jornais de Lisboa e Porto, somente um não foi estatizado — o centenário matutino português *O Primeiro de Janeiro*. Mas alguns dos jornais aparecidos após 1974 também não sobreviveram, como aconteceu com *A Luta*, ligado ao Partido Socialista, que publicou a sua última edição em 7 de janeiro de 1979, quando vendia apenas 8 mil exemplares.

Segundo Christian Rudel, no dia em que acabar a intervenção estatal, a situação financeira dos jornais será tão difícil que vários deles não sobreviverão, como já ocorreu, aliás, com o veterano *Jornal do Comércio* e com o quase centenário *O Século*, ambos da capital portuguesa. O que vai acontecer? Nova censura e pressões de outra espécie? O pesquisador francês observa: “Os jornalistas que entendem não serem considerados funcionários públicos ao serviço das verdades ‘oficiais’ perguntam-se isto mesmo. É talvez sob este signo que surgirá o próximo conflito”.

III — DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Num documento intitulado *Crítica da Escola*, divulgado em maio de 1980 pelo Centro de Informação e Documentação (Lisboa), lê-se que os jornais, rádios e televisão desiludiram leitores e ouvintes: “Grandes esperanças, grandes decepções. Os pequenos vídeos, que tinham representado tantas atrocidades do fascismo, por onde depois desfilaram tantas lutas dos trabalhadores, converteram-se no álbum de família do palácio, atualizado todos os dias, não vá algum de nós esquecer os entes queridos”. E pergunta-se no referido documento: “Como evoluíram os meios de comunicação social desde o 25 de Abril? Como são hoje controlados? Quem os controla? Que podemos fazer?”

O fato de existirem jornais que representam diversas correntes de opinião é o sinal mais marcante de que terminou a ditadura. Mas as emissoras de rádio e de televisão são partilhadas entre o Estado e alguns poucos, incluindo a Igreja Católica. Somente a imprensa local e regional continua mais ou menos como dantes. Entretanto, nasceu e cresceu a imprensa de escândalos, “devassando a vida privada (real ou suposta) dos adversários políticos, pedindo contas, mas exigindo sangue”. Principalmente, esse tipo de jornais tem proliferado nas grandes cidades, embora atraia “uma clientela nacional”.

Quanto ao controle da informação, são pequenas as empresas privadas e a grande fatia do bolo ainda permanece com o Estado, apesar das ameaças dos sucessivos governos, todos queixando-se de que a administração estatal não pode continuar suportando os altos “déficits” dos jornais. Lê-se ainda no documento *Crítica da Escola*: “Os dois principais sujeitos do controle da informação são o governo e o patronato. A Igreja e os partidos (em particular o PCP) têm nichos de controle assegurado, ainda que de influência localizada”. E dois aspectos são destacados — a distribuição seletiva de publicidade e a criação de novos jornais: “A primeira permite influenciar o comportamento da redação dos jornais existentes, via departamento de publicidade (recado do patronato a esta, que transmitirá à direção do jornal: ‘se continuam assim, não sabemos para onde irá a nossa publicidade’). A criação de jornais é outro instrumento poderoso. A multiplicação deles, ainda que com pequenas tiragens, aumenta a força aparente da direita (presença nas bancas, citações recíprocas)”.

Um destaque muito especial deve ser dado ao aparecimento, em 1974, dos Conselhos de Redação. Na edição especial da revista *Comunidades*. que

consagramos à Imprensa de Língua Portuguesa, reproduzimos o essencial dos estatutos pelos quais se regem hoje cerca de duas dezenas dos principais diários e semanários portugueses. O estatuto editorial do *Diário Popular*, de Lisboa, por exemplo, declara o jornal “essencialmente informativo e não doutrinário”, definindo-se como “politicamente apertado” e defensor intransigente da independência nacional e dos direitos fundamentais dos cidadãos, ao mesmo tempo que reconhece “o primado do Estado de Direito democrático”.

De outro lado, a imprensa portuguesa não minimiza as dificuldades que vem enfrentando e é do mesmo jornal lisboeta que reproduzimos a seguinte informação, publicada em 3 de março de 1980, a respeito da “inflação” de jornais: “Os 27 jornais diários que se publicam em Portugal — dos quais 18 no Continente, 7 nos Açores e 2 na Madeira — mal chegam a ultrapassar a tiragem média de 500 mil exemplares, que é a tiragem atual do *Le Monde* e corresponde a um exemplar por cada 20 portugueses.

“Lisboa é a cidade que detém maior número de jornais diários (não apenas em Portugal, mas em toda a Europa), dos quais seis matutinos e quatro vespertinos; o Porto tem neste momento três diários, todos matutinos, mas pequenas cidades como Braga, com dois diários (*Correio do Minho* e *Diário do Minho*), Coimbra (*Diário de Coimbra*), Évora (*Notícias de Évora*) e Beja (*Diário do Sul*), contribuem igualmente para esta inflação de jornais.

“Por outro lado, a imprensa não-diária também registra em Portugal números invulgarmente altos: para além de numerosos semanários de circulação mais ou menos nacional, existem em Portugal mais de 1.300 pequenos jornais, semanários e quinzenários, de pequena circulação e venda, a maioria dos quais pertence à Igreja Católica. Não há, em compensação, nenhuma revista ilustrada”.

Completamos a informação, esclarecendo que existem duas agências de imprensa: a ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa), fundada em 1.º de julho de 1975, teve por base a ANI (Agência Noticiosa de Informação, que esteve ligada ao antigo regime). Mas, enquanto a ANOP é uma empresa pública, a NP (Agência Notícias de Portugal), fundada em 25 de agosto de 1982, é uma cooperativa formada pela maioria dos jornais portugueses, recebendo o noticiário internacional da Reuters (britânica), da UPI e Associated Press (norte-americanas) e da Deutschen Press Agentur (alemã federal). No Brasil (onde tem correspondente), o noticiário da “NP” é distribuído pela United Press International, através de 150 órgãos de informação.

Não dispomos de informações atualizadas sobre as tiragens dos principais jornais portugueses, pelo que nos limitamos a indicar uma notícia divulgada em 15 de outubro de 1981: o mais antigo jornal português o *Diário de Notícias*, de tendência socialista, não chegava, então, aos 60 mil exemplares; o *Diário Popular*, vespertino, que talvez possa classificar-se de centro-esquerda, oscilava entre os 60 e os 70 mil exemplares; o vespertino *Diário de Lisboa*, de esquerda, com fortes colorações do PC, estava nos 40 mil; o vespertino *A Capital*, de tendência social-democrata, atingia em torno de 45 mil, ao passo que o matutino centro-direitista *O Dia* chegava aos 40 mil. Outro centro-direitista, *A Tarde*, estava nos 30 mil, enquanto o *Correio da Manhã*, de centro-direita, avançava para os 60 mil. O *Diário*, órgão oficial do PC, era indicado com a tiragem de 40 mil, sensivelmente a mesma do também matutino centro-direitista *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, cidade onde saem igualmente *O Comércio do Porto*, centro-direita, com 55 mil exemplares, ao passo que o *Jornal de Notícias*, de tendência socializante, ultrapassa por vezes os 80 mil exemplares, alcançando a maior tiragem da imprensa portuguesa. Não pertencem ao Estado os jornais *O Dia*, *A Tarde*, *Correio da Manhã* e *Diário*.

E, entre os semanários, destacavam-se ainda, nessa data, o *Expresso* (social-democrata), com mais de 60 mil exemplares, que era também mais ou menos a tiragem de *O Tempo* (social-democrata) e de *O Jornal* (centro-esquerda), ao passo que *O País* (centrista) teria uns 30 mil e *O Diabo* (direitista) com 45 mil exemplares. Em 1983, foi lançado o *Semanário* (centro-direita), que estaria alcançando em torno de 60 mil exemplares.

BIBLIOGRAFIA

- Rocha Martins, *Pequena história da imprensa portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1941.
- José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, Portugália Editora, Lisboa, 1966.
- Nuno Rosado, *A imprensa*, ed. Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1966.
- A imprensa escrita em Portugal*, (abril de 1974 a julho de 1976), ed. Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979.
- Christian Rudel, "La presse portugaise en perte de vitesse" in *Presse Actuelle*, Paris, fev. 1979.
- Carlos d'Alge, "O primeiro jornal português" in revista *Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo, 1983.
- Adriano Duarte Rodrigues, Eduarda Dionísio e Helena G. Neves, *Comunicação social — Os media escritos*, 2.^a ed., A Regra do Jogo, Lisboa, 1983.

INVENTÁRIO DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

A mais importante edição da INTERCOM no campo da documentação é o **Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil, 1883-1983**, repertório de mais de mil referências bibliográficas sobre teses, livros, artigos e monografias escritos por pesquisadores brasileiros sobre questões nacionais de comunicação.

Resultado de um levantamento orientado pelo Prof. José Marques de Melo e patrocinado pelas agências CIID/ALAIC/CNPq, trata-se de obra indispensável aos pesquisadores de comunicação, especialmente aos alunos e professores de pós-graduação.

O preço de venda do exemplar é da ordem de Cr\$100.000, havendo desconto de 50% para sócios.